



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 31/2023 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova a Atualização do Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que constam no processo 23228.000803.2022-19, e as deliberações na 59ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFAP,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Atualização do Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Adrielma Nunes Ferreira Bronze**, Reitora em exercício - CD1 - RE, em 13/05/2023 20:47:00.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/05/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 61641

Código de Autenticação: ff25d66319





INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

REGIMENTO INTERNO DA CPPD

Este Regimento Interno estabelece os procedimentos e diretrizes para o desenvolvimento das atividades da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP).

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A composição e a competência da CPPD/IFAP são fixadas pelo Artigo 26 da Lei nº 12.772, de 28 de Dezembro de 2012.

Art. 2º - O presente Regimento Interno tem como objetivo oferecer ao corpo docente deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia a estrutura organizacional e de funcionamento da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), após a aprovação do Conselho Superior do IFAP (CONSUP/IFAP).

Art. 3º - É de responsabilidade de todos os docentes acompanhar os trabalhos desta comissão, no site www.ifap.edu.br, no sentido de fazer sugestões e contribuições.

Art. 4º - Este Regimento Interno terá validade após apreciação e aprovação do CONSUP/IFAP.

CAPÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º - À CPPD caberá prestar assessoramento à Reitoria e ao CONSUP/IFAP, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

Art. 6º São atribuições da CPPD/IFAP, apreciar, emitir pareceres, sugerir e avaliar assuntos sobre:

- I. Dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas/escolares;
- II. Alteração do regime de trabalho dos docentes;
- III. Desempenho para a progressão funcional dos docentes;
- IV. Desempenho para a promoção funcional dos docentes – inclusive a sua aceleração;
- V. Processo de avaliação para acesso à última Classe da Carreira do Magistério do Ensino



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

Básico, Técnico e Tecnológico (Classe Titular);

- VI. Solicitação de afastamento para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado;
- VII. Estudos e análises visando produzir regimentos que permitam fornecer subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos, encaminhando-os aos colegiados competentes;
- VIII. Pareceres sobre qualquer assunto relativo à política de pessoal docente;
- IX. Pareceres emitidos por comissões, comitês e equivalentes relativos a pessoal docente.
- X. Processos de liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

Parágrafo Único: As atribuições da CPPD/IFAP seguirão as diretrizes estabelecidas nesta e em outras resoluções aprovadas pelo CONSUP/IFAP.

Art. 7º - A CPPD/IFAP terá acesso às informações relativas à ficha funcional do docente em processos de progressão e promoção funcional, podendo solicitar documentos a todos os Departamentos e Diretorias dos *campi* e pró-reitorias do IFAP, anexos ao processo, para subsidiar análises e decisões de pertinência processual.

Art. 8º - Nos processos de progressão, promoção funcional, reconhecimento de saberes e competências (RSC) e demais atribuídos que possam envolver interesse particular de seus membros, será estritamente vedada a participação do docente interessado em qualquer etapa de análise, cabendo aos demais membros a apreciação e parecer.

Parágrafo Único: O comportamento ético profissional dos docentes integrantes da CPPD/IFAP obedecerá às diretrizes estabelecidas pela comissão de ética da instituição e demais normas aplicadas no serviço público federal.

CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Do Organograma

Art. 9º – A CPPD/IFAP está inserida nos Órgãos de Assessoramento e Controle, subordinada ao Gabinete da Reitoria.

Parágrafo único: A CPPD/IFAP trabalhará em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, de acordo com o que estabelece esta resolução.

Art. 10 – A CPPD/IFAP será composta pelas comissões locais – representadas pelos Docentes nos *campi*, eleitos pelos seus pares – e pela comissão central – constituída por todos os representantes das comissões locais.

Parágrafo único: O quantitativo de representantes docentes das comissões locais será estabelecido conforme o art. 14 deste regulamento.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

Art. 11 - A comissão central será composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário e pelos demais representantes das comissões locais.

Parágrafo único: Os cargos de vice-presidente e secretário serão escolhidos na primeira reunião da comissão central em votação interna.

Da Composição

Art. 12 - Para compor a CPPD/IFAP, os membros serão eleitos pelos pares por meio de processo eleitoral.

Art. 13 - Poderão compor a CPPD/IFAP somente servidores docentes efetivos em regime de trabalho 40 horas com dedicação exclusiva ou 40 horas sem dedicação exclusiva, enquadrados em qualquer classe funcional (DI, DII, DIII, DIV ou Titular) e seus respectivos suplentes.

Art. 14 - O dimensionamento do número de membros por cada *campus* será feito conforme a seguir:

- I. Até 50 docentes – 1 membro;
- II. De 51 a 100 docentes – 2 membros;
- III. Acima de 100 docentes – 3 membros.

Art. 15 - A CPPD/IFAP somente responderá pelas classes funcionais de servidores docentes da carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT).

Art. 16 - O mandato dos membros da CPPD/IFAP será de dois 2 (anos), sendo permitida a reeleição uma vez por igual período.

Parágrafo Único: O docente reeleito poderá fazer parte da comissão novamente somente após o período de dois anos do término de seu último mandato.

Art. 17 - O representante perderá seu mandato se não atender aos itens dispostos no art. 24 deste regimento ou por manifestação própria.

Art. 18 - Os membros da CPPD/IFAP, eleitos por seus pares, tomarão posse após emissão de portaria de nomeação expedida pelo Gabinete da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

Art. 19 - Os membros da CPPD/IFAP terão espaço físico de trabalho, sala para reuniões, funcionalidade administrativa de secretaria e privacidade em cada *campus*.

Art. 20 - As atividades da CPPD/IFAP serão consideradas para todos os efeitos como de Representação Institucional.

Art. 21 - Aos membros Titulares da CPPD/IFAP serão asseguradas semanalmente no mínimo 8 aulas e no máximo 12 aulas para as atividades docentes, exercidas preferencialmente concentradas de segunda a quarta-feira da semana.

Parágrafo único: Os membros titulares da CPPD/IFAP deverão cumprir 20 (vinte) horas semanais, exercendo as atividades correlacionadas à comissão e devidamente registradas em Plano Individual de Trabalho (PIT).



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

Art. 22 - As atividades dos membros da CPPD/IFAP relativas a bolsas de pesquisa, de projetos, de professor pesquisador ou outras formas similares de auxílios financeiros, por meio de bolsas ou ajuda de custo, não serão impedimentos de atuação na CPPD/IFAP, desde que haja disponibilidade de horário.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 23 - Compete a todos os membros da CPPD/IFAP:

- I. Pesquisar, propor, discutir e votar quaisquer assuntos de competência da CPPD/IFAP;
- II. Estudar e relatar, dentro dos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem atribuídas;
- III. Executar outras atividades inerentes à função ou que venham a ser atribuídas pela presidência da CPPD/IFAP;
- IV. Solicitar, quando necessário, a baixa de processos em diligência, para obtenção de esclarecimentos, ou requisitar informações, no âmbito jurídico e técnico ou fora dele, quando relacionados com os processos em discussão;
- V. Solicitar vistas de processo, até a reunião seguinte, a qual poderá ser recusada por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros presentes na reunião;
- VI. Os membros suplentes da CPPD/IFAP poderão participar de todas as reuniões mensais ordinárias, por força de responsabilidade diante de vacância futura;
- VII. Em caso de vacância de um dos membros titulares, assumirá automaticamente o membro suplente mais votado do respectivo campus.

Art. 24 - Perderá o mandato o membro que:

- I. Faltar sem justificativa a 3 (três) reuniões, ordinárias ou extraordinárias, consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas no ano-exercício vigente;
- II. For aposentado;
- III. Não pertencer mais ao corpo docente da Instituição;
- IV. Estiver de licença para tratar de interesses particulares;
- V. Estiver respondendo processo administrativo disciplinar ou suspeição em sindicâncias administrativas;
- VI. Entrar de licença, com remuneração, por um prazo maior que 3 (três) meses;
- VII. For demitido ou exonerado.

Art. 25 - Em caso de vacância assumirá o suplente.

Art. 26 - Após a vacância dos representantes e inexistência dos respectivos suplentes, deverá ser realizado novo pleito eleitoral para preenchimento das vagas nos *campi* em que não houver representante.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

Da Comissão Central

Art. 27 - São atribuições da Comissão Central, apreciar, emitir pareceres, sugerir e avaliar assuntos sobre:

- I. Dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas;
- II. Processo de avaliação para acesso à última Classe da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Classe Titular);
- III. Estudos e análises visando produzir regimentos e instruções que permitam fornecer subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos, encaminhando-os aos colegiados competentes;
- IV. Solicitação de afastamento para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado;
- V. Pareceres sobre qualquer assunto relativo à política de pessoal docente;
- VI. Pareceres emitidos por comissões, comitês e equivalentes relativos a pessoal docente;
- VII. No âmbito das competências da CPPD/IFAP, em última instância e na forma de assembleia, sobre controvérsias e outras matérias.

Das Comissões Locais

Art. 28 - São atribuições das Comissões Locais, apreciar, emitir pareceres, sugerir e avaliar assuntos sobre:

- I. Alteração do regime de trabalho dos docentes no *campus*;
- II. Desempenho para a progressão funcional dos docentes no *campus*;
- III. Desempenho para a promoção funcional dos docentes no *campus* – inclusive a sua aceleração;
- IV. Processos de liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições;
- V. Orientar os docentes do respectivo *campus* de vinculação no que diz respeito aos assuntos relacionados sobre as competências da CPPD/IFAP;
- VI. Movimentar os processos de RSC, após abertura perante à Direção Geral do respectivo *campus*, e dar os demais encaminhamentos.

Da Presidência

Art. 29 - Compete à Presidência da CPPD/IFAP:

- I. Planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades inerentes à Comissão,



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

assim como delegar competências, de acordo com as necessidades internas;

- II. Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- III. Representar a Comissão em eventos pertinentes à CPPD/IFAP dentro da Rede Federal de Ensino e onde for solicitado pela Reitoria do IFAP;
- IV. Presidir as sessões ordinárias e extraordinárias da comissão, bem como coordenar as demais atividades;
- V. Elaborar a pauta das sessões, enviando-as aos demais membros em no mínimo 48 horas de antecedência;
- VI. Exercer o direito ao voto comum e em casos de empate, o voto de qualidade;
- VII. Apresentar à comunidade institucional e representação sindical relatórios das atividades da comissão, quando solicitado;
- VIII. Solicitar parecer técnico e jurídico, em áreas específicas e doutrinárias de justiça, às unidades setoriais do IFAP, respeitadas as normas internas;
- IX. Atribuir funções aos membros da comissão;
- X. Abrir, encerrar e suspender sessões, se for o caso;
- XI. Convocar os suplentes da CPPD/IFAP, em caso de impedimento dos membros titulares;
- XII. Assinar os atos normativos e deliberativos da comissão e dar-lhes publicidade;
- XIII. Decidir sobre os casos de urgência *Ad Referendum* da comissão, a cuja apreciação e deliberação deverão ser submetidos obrigatoriamente em assembleia, imediatamente subsequente, pela Comissão Central.
- XIV. Solicitar à Reitoria a indicação de servidor técnico-administrativo e/ou bolsista de nível técnico na forma subsequente ou superior para a CPPD/IFAP, escolhido e aceito, após referendado pelos membros da comissão, para exercer funções administrativas;

Do Vice-Presidente

Art. 30 - Compete à Vice-Presidência da CPPD/IFAP:

- I. Substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- II. Executar outras atividades inerentes à função ou que lhe venham a ser atribuídas pelo presidente;
- III. Apoiar diretamente o presidente da CPPD na busca e pesquisa de elementos legais que subsidiarão as ações da comissão, seja junto aos órgãos das IFES ou a outras fontes.

Do Secretário



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

Art. 31 - Compete ao secretário da CPPD/IFAP:

- I. Auxiliar no planejamento anual das reuniões;
- II. Secretariar as reuniões;
- III. Lavrar as atas das reuniões;
- IV. Redigir atos e demais documentos que traduzam as decisões tomadas pela comissão, exceto pareceres elaborados pelos próprios membros relativos a assuntos específicos;
- V. Manter sob sua guarda, em caráter sigiloso, todo o material da secretaria e atualizar os arquivos de registro;
- VI. Proceder à tomada de frequência dos membros, por reunião, fazendo registrar, em ata, inclusive eventuais alterações de frequência;
- VII. Fazer a conferência do quórum, por reunião, sempre que requerida pelo presidente antes de iniciar a instalação da reunião ou de qualquer votação;
- VIII. Registrar, por termo, os votos em separado e as declarações de voto;
- IX. Registrar os pedidos de vista formulados por membros, acolhidos ou não pelo presidente, redistribuindo o processo na hipótese de deferimento do pedido;
- X. Encaminhar à presidência, informativo de frequência sempre que um dos membros atinja o limite de faltas estabelecidas por este regulamento.

CAPÍTULO V – DAS REUNIÕES

Art. 32 - A CPPD/IFAP se reunirá ordinariamente uma vez a cada mês, segundo cronograma de reunião, e, extraordinariamente, quando devidamente convocada pela Presidência ou a requerimento da metade mais um de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas.

§1º As reuniões ordinárias ocorrerão independentemente de convocação, uma vez estabelecido o cronograma de calendário das reuniões.

§2º As reuniões da CPPD/IFAP ocorrerão em regime fechado, em ambiente previamente estabelecido em qualquer um dos *campi*, mas preferencialmente na sala de reuniões da Reitoria, podendo permitir a presença de servidores docentes, quando convidados pela CPPD/IFAP e/ou por solicitação com antecedência mínima de 48 horas, devendo estes estar ausentes no momento de decisão ou de votação.

Art. 33 - As matérias submetidas à CPPD/IFAP serão apreciadas, na sua decisão final, com a presença mínima de metade mais um de seus membros.

§1º As deliberações serão tomadas pela maioria de votos.

§2º A Presidência da CPPD/IFAP terá exclusivamente o voto de desempate.

§3º Quaisquer dúvidas relativas às deliberações a serem tomadas, a Presidência deverá solicitar apoio junto às instâncias administrativas e jurídicas do IFAP.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

Art. 34 - O comparecimento às reuniões da CPPD/IFAP é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade administrativa ou da função docente, exceto em casos de convocação ou determinação expressa do dirigente Máximo ou do CONSUP/IFAP.

Art. 35 - A Presidência da CPPD/IFAP deverá comunicar à Reitoria e publicar o cronograma de reuniões, informando o local, dia e hora, de maneira que os membros possam ser liberados de todas as atividades docentes e administrativas.

§1º Os membros titulares ou suplentes, quando convocados, lotados nos *campi* distantes da Reitoria, onde se encontra instalada a CPPD/IFAP, deverão ter suas liberações e condições de viagens devidamente planejadas e autorizadas pelas chefias imediatas, obedecido ao cronograma de reuniões ordinárias ou extraordinárias dos membros da CPPD/IFAP.

§2º Nos casos de deslocamento, os representantes da comissão terão direito ao custeio de diárias e passagens, conforme dispõem os artigos 58 e 60 da Lei nº 8.112/90 e a regulamentação interna aplicável.

Art. 36 - O *quórum* mínimo para a realização de reunião e votação será de metade mais um do total dos membros eleitos da comissão, inclusive os que se abstiverem de votar ou estiverem impedidos por forças regimentais.

Art. 37 - Aberta a reunião à hora designada e não havendo *quórum* para deliberação, serão aguardados 30 minutos. Persistindo a falta deste, será encerrada a sessão, com registro da ocorrência produzida.

Art. 38 - Na reunião será adotada a seguinte ordem:

- I. Verificação do *quórum*;
- II. Cumprimento da pauta;
- III. Outros assuntos;
- IV. Leitura da ata;
- V. Encerramento.

Art. 39 - As votações far-se-ão pelos seguintes processos:

§ 1º. Preferencialmente pelo processo democrático direto, salvo se outra forma for requerida e aprovada por maioria simples dos presentes.

§ 2º. Cada membro poderá justificar seu voto, não obrigatoriamente, fazendo constar em ata, ou entregando a justificativa por escrito ao final da reunião.

§ 3º. As matérias votadas não serão mais objeto de discussão e nem de uso da palavra na reunião.

Art. 40 - Na ata deverá constar, obrigatoriamente:

- I. Natureza e local da reunião, dia e hora de sua realização, nomes dos membros presentes e ausentes, pauta da reunião, bem como pessoas especialmente convidadas;
- II. Menção de expediente da reunião e resumo das comunicações;
- III. Resumo das discussões havidas a propósito dos assuntos tratados e o resultado da votação.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE (CPPD)

§ 1º A Ata será distribuída, apreciada, aprovada e assinada, preferencialmente por meio do Sistema SUAP, em até 48 horas após o término da reunião.

§ 2º Serão considerados permanentemente convidados os suplentes, sem, contudo, ter direito a voto, exceto quando em substituição do titular, devidamente comunicado no prazo de 48 horas.

§ 3º Será criada uma página no site do IFAP, onde serão postadas as atas, legislação pertinente à CPPD/IFAP, notícias, cronograma de reuniões, assuntos e temas relacionados à CPPD/IFAP, para acesso de toda a comunidade institucional interna e externa.

CAPÍTULO VI – DO PLEITO ELEITORAL

Art. 41 - A eleição dos membros da CPPD/IFAP dar-se-á mediante escolha por seus pares mediante publicação de edital eleitoral, em votação democrática.

Art. 42 - A minuta do edital eleitoral será encaminhada, pelo Gabinete da Reitoria, para a Procuradoria Jurídica do IFAP, para análise e emissão de parecer. Posteriormente será oficializada pelo CONSUP/IFAP e publicizada pelo Departamento de Comunicação Institucional para a comunidade interna e externa.

Art. 43 - Após o processo eleitoral, com a devida aprovação do CONSUP/IFAP, o Gabinete da Reitoria expedirá portaria oficializando os membros titulares eleitos e seus suplentes, sendo considerada para efeito de avaliações funcionais como atividades de alta relevância e representatividade institucional.

Art. 44 - A CPPD/IFAP organizará o processo eleitoral do próximo mandato a partir do início do 4º semestre do mandato vigente.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45 – Fica vedado o funcionamento de comissões ou órgãos, no âmbito do IFAP, com finalidades similares às da CPPD/IFAP, com exceção das comissões especiais previstas em legislação específica.

Art. 46 – Deverá ser criado um módulo no SUAP relacionado às áreas de atuação desta comissão.

Art. 47 – A CPPD/IFAP terá suas atividades interrompidas nos meses de janeiro, julho e dezembro ou em período correspondente às férias docentes e/ou recesso.

Art. 48 – Os casos omissos na aplicação deste regimento interno serão apreciados pela CPPD/IFAP, sem prejuízo da apreciação por outros órgãos competentes.

Documento Digitalizado Público

Regimento Interno (Atualizado)

Assunto: Regimento Interno (Atualizado)
Assinado por: Raimundo Neto
Tipo do Documento: Documentos diversos (com cabeçalho)
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Raimundo de Moura Rolim Neto, TITULAR - LARANJAL DO JARI - RESP - CPPD**, em 11/05/2023 10:35:23.

Este documento foi armazenado no SUAP em 11/05/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 67148
Código de Autenticação: 17b8b20ddc

